

PEQUENA LIÇÃO DE ECONOMIA

Nivaldo Cordeiro

Durante o jantar de quinta feira passada minha filha adolescente, cursando o terceiro ano do segundo grau, de repente demonstrou indignação com as "enormes" desigualdades sociais do Brasil e com o tamanho do salário mínimo recém definido pelo governo Lula. Como habitualmente vou levá-la ao colégio pela manhã, bem cedo, a conversa continuou no dia seguinte. É claro que pela sua boca falavam a sucessão de doutrinadores semi-analfabetos e mal-intencionados que passam por professores, desde o primeiro ano de escola. Em casa fazemos um esforço hercúleo para ajudar as crianças a escaparem da lavagem cerebral inevitável, mas é uma luta desigual.

Aproveitei o mote para lhe dar uma pequena lição de Economia, na linguagem mais simples que pude utilizar. Disse-lhe, sobre a desigualdade, que ela tem duas causas básicas. A primeira é que ela é inerente à condição humana, que as pessoas nascem com diferentes talentos e que há uma hierarquia natural de remunerações por causa disso. Exemplifiquei dizendo da minha experiência como responsável pelos orçamentos públicos da Prefeitura de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina. Naquela época presencie a execução da política de aumentar mais rapidamente os salários da base da pirâmide e dando pouco ou nenhum aumento para os salários do topo da hierarquia. Em poucos meses houve uma maciça fuga de talentos, pois os funcionários públicos aptos para as funções técnicas e gerenciais simplesmente foram ao mercado de trabalho e se recusaram a ver seus rendimentos achatados.

Claro que a administração da prefeitura ficou caótica, pois sem a experiência e o talento de quem sabe fazer a base do funcionalismo ficou acéfala. Moral da história: nenhuma vontade política pode abolir a hierarquia natural das remunerações, dada pelo mercado. No momento seguinte, a prefeita Erundina, sensata, refez a política e trouxe de volta os talentos perdidos. Minha filha ficou encantada com o relato da experiência.

Aproveitei para lembrar uma discussão que tivemos há alguns meses sobre Rousseau. Falaram desse maldito na sua escola. Lembrei-lhe: Rousseau fez uma obra mentirosa, partindo de um suposto sobre os homens que não corresponde aos fatos, o de que eles nascem "bons" e que a sociedade os corrompe. Aqui está todo o mote para o que depois se conheceu como o processo de reengenharia social, conduzida pela inspiração de um dos maiores dos discípulos de Rousseau, Karl Marx, secundado por um não menor, Antonio Gramsci. Esses homens negaram a visão da tradição judeu-cristã, que vê nos homens recém nascidos os

portadores do Pecado Original, uma metáfora para nos dizer que não nascemos bons coisa nenhuma e que a aquisição das virtudes é um processo, lento e trabalhoso, que envolve a família, a escola, as igrejas, a disciplina e o respeito pela tradição. Fora disso, cai-se inevitavelmente no relativismo moral, de triste memória, que custou a vida de milhões de pessoas nos últimos dois séculos, na verdade desde a Revolução Francesa. Fiz a melhor síntese de que fui capaz.

Disse-lhe que, quando algum professor ou algum aliciador de jovens para os grupelhos políticos viessem com esse papo de desigualdade, que lhe desse um tapa, de pronto, pois estaria diante de alguém cujo único propósito é escravizá-la, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista intelectual. Gente assim é portadora de um mau caráter muito perigoso que se reproduz por contágio entre os jovens e não merece nenhuma contemplação.

A segunda causa da desigualdade, e aqui me referi especificamente à experiência brasileira, dá-se pela enorme intervenção do Estado, que pratica a injustiça em larga escala. O Estado brasileiro tributa intensamente os que trabalham, sobretudo os mais pobres, a fim de transferir rendimentos para grupos que não trabalham ou que pouco contribuem para o produto social. O caso das aposentadorias do setor público, quando cotejado com as do setor privado, é daqueles exemplares. O suor da maioria que muito trabalha banca a boa vida de uma minoria que pouco ou nada faz. Não é à toa que Brasília é tida como uma das cidades de mais elevada renda per capita do Brasil. É o operário da periferia de São Paulo bancando a Ilha da Fantasia.

A conseqüência mais direta dessa injustiça é a multiplicação do desemprego. Pagar privilégios não é apenas uma imoralidade, é uma irracionalidade que custa muito caro para a sociedade como um todo. Ela sacrifica o desenvolvimento econômico.

Quanto ao salário mínimo, disse-lhe que não deveria nem existir. Olhou-me de olhos arregalados: - "Mas como? E os pobres, coitados?" Aqui foi fácil argumentar. Tomei o caso das empregadas em serviços domésticos. Como ela conhece bem São Paulo e outras regiões do Brasil, lembrei-lhe que aqui em Sampa ninguém consegue uma empregada se não pagar, por vezes dois, três e outros múltiplos maiores do salário mínimo. É a realidade de mercado. Quem não paga, não tem os serviços. Já no interior do Ceará, vê-se que as empregadas ganham uma fração desse salário e se dão muito felizes por isso.

Em ambos os casos, a definição do salário mínimo é irrelevante, exceto porque dá ao Estado um grande poder de arbítrio sobre o mercado, atrapalhando as relações de trabalho. Expliquei também que o salário mínimo tornou-se relevante como política pública porque

deu um discurso aos descendentes de Rousseau para chegarem ao poder, prometendo mundos e fundos, promessas que evidentemente não podem ser cumpridas. É importante também porque regula a remuneração das aposentadorias e dos funcionários públicos em larga escala, pelo País. Aumentá-lo abruptamente destruiria a economia nacional.

Dei a aula que gostaria de dar ao Lula, mas desconfio que ele não teria concentração para uma conversa tão longa e eu perderia o meu precioso tempo.

A recente definição do novo salário mínimo, como sempre, serviu para toda sorte de populismo e fingida indignação das alas esquerdas da política. Todos sabem que o que foi feito era o que precisava ter sido feito. Nada mais. Mas eles não perdem o sestro, sempre de olho nas próximas eleições. Afinal, pobres sempre os tereis, em grande número, e eles é que decidem as eleições.

Nivaldo Cordeiro é economista

www.nivaldocordeiro.org